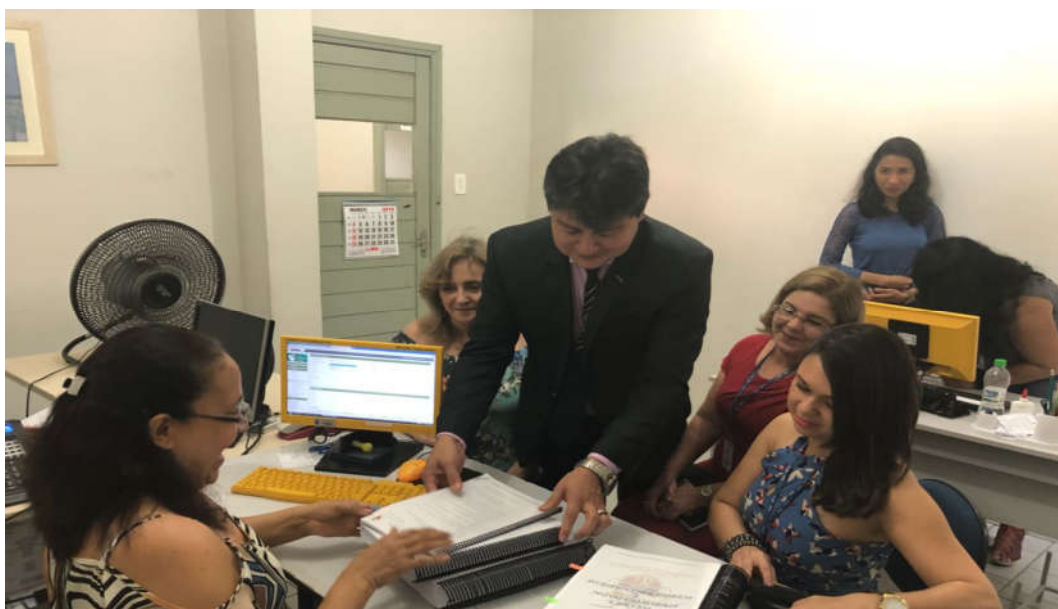


ESM protocola pedido de registro junto ao CEE



No ano comemorativo aos 35 anos de fundação, a Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará, representada pelo Secretário-Geral Aníbal Corrêa Pinheiro, protocolou requerimento de credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação. Participaram do ato a Diretora do Departamento de Ensino e Pesquisa, Patrícia Blagitz; a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Cilene Anchieta; o Diretor do Departamento Acadêmico, Paulo Victor Corrêa, e a pedagoga da instituição Wellen Oliveira.

Para o Secretário-Geral, Aníbal Pinheiro, o credenciamento junto ao Sistema Estadual de Ensino é de extrema importância. “A partir do ingresso da Escola de Magistratura no Sistema Estadual de Ensino, o que ocorrerá com o credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação, cursos de pós-graduação lato sensu poderão ser realizados e certificados pela própria Escola de Magistratura, proporcionando maior autonomia e economia ao Poder Judiciário”, explicou.

A possibilidade de maior autonomia da ESM também foi observada pela Diretora de Ensino e Pesquisa, “o credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação trará à Escola Superior da Magistratura maior autonomia para elaborar e executar cursos de pós-graduação, em consonância com as diretrizes pedagógicas da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM”, afirmou Patrícia Blagitz.

A qualificação dos magistrados e servidores foi observada pela Diretora Administrativa e Financeira, Cilene Anchieta. “Este momento, traduz um marco na importância das atividades da Escola Superior da Magistratura, pois tem como objetivo garantir maior eficácia e agilidade na participação e no acesso de seus magistrados e servidores a ações e projetos de formação, desenvolvimento e qualificação profissional, com enfoque nas atividades judicantes”.

“Cursos de pós-graduação lato sensu que atendam exclusivamente a atividade judicante poderão ser realizados diretamente pela Escola Superior de Magistratura, trazendo outra gama de qualificação, com possibilidade de ascensão funcional aos servidores do TJPA”, aduziu Paulo Victor Corrêa, Diretor Acadêmico.

CCE – O Conselho Estadual de Educação tem como missão normatizar e supervisionar o Sistema de Ensino, assegurando sua sustentabilidade e a oferta de educação de qualidade para a formação ético-social do cidadão, com participação democrática, garantindo a inclusão e o respeito à diversidade, visando o desenvolvimento sustentável do Estado do Pará.





Texto: Paulo Victor Corrêa (com informações do sítio eletrônico do CEE)